

“Com o favor de Deus querem se casar”: Os enlances conjugais entre os escravos de uma Freguesia Rural - São Tomé das Letras- MG (1841-1883).

Juliano Tiago Viana de Paula *

Resumo

Procuraremos nesta pesquisa através dos exames dos registros paroquiais da Freguesia de São Tomé das letras, estabelecer as características do comportamento conjugal dos escravos através das relações matrimoniais e pessoas libertas da região. Temos como objetivos de verificar as estratégias forjadas pelos cativos para ampliarem as suas redes de socializações e solidariedades instituídas por meio do casamento cristão com indivíduos da mesma condição e diferente.

Palavras Chaves: Escravidão, Matrimônio e compadrio.

Abstract

In this article we will try to present the conjugal behavior of slaves and freedmen in Sao Tomé das letras in the period between 1841 and 1883. The criteria considerate are juridical condition and origin. . This purpose watch strategies forged for the Slaves for amplify her water socialization at the solidarity across amplification loop conjugal and, institute put middle casement Christian with person at some condition your position social different.

Keyword: Slaves, Conjugal behavior, godfather

Introdução

O estudo feitos sobre as relações familiares e de compadrio escravo são recentes, e fazem parte de uma nova abordagem historiográfica que visualiza os cativos como sujeitos de sua historia. Nisto, seus valores, hábitos e costumes foram resgatados por novas análises metodológica, que desde década de 1950 vem recebendo auxílio da *demografia histórica*. Segundo Maria Luiza Marcilio, antes da demografia histórica, os estudos feitos sobre a família preocupavam-se em apenas restabelecer genealogias,

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação da UFRRJ.

biografias de personalidades, ou ainda, como documentos comprovantes de parentesco para efeitos de heranças e sucessórios (MARCÍLIO, 2004, p.18). Praticamente não existia nenhum estudo que retratava de maneira profunda o cotidiano familiar das “pessoas comuns”. Mas com o desenvolvimento da demografia histórica basicamente francesa, na década de 1950, foi que a história da família se tornou um ramo específico de conhecimento. Louis Henry em Paris foi um dos demógrafos junto com Michel Fleury, que, em 1956, elaboraram uma metodologia específica (Reconstituições de famílias¹) para o tratamento das fontes paroquiais.

Utilizando vários registros de batismo, casamento e óbitos, esses autores conseguiram resgatar várias famílias que não foram contempladas pelas análises anteriores (FARIA, 1997). No entanto a partir deste novo viés metodológico, a família tornou-se o centro explicativo do comportamento populacional.

Adaptando estes métodos demográficos para realidade brasileira, vimos que seria impossível reduzir a família ao quadro estatístico do grande engenho. Concluímos que houve outras organizações familiares que conseguiram criar os seus espaços de sociabilidades.

Os dados demográficos que foram pesquisados para a sociedade brasileira, indicam que as constituições familiares vaziam parte das realidades dos cativos, embora nem todos a ela tivessem acesso. Tornou-se um recurso importante que lhes garantiam uma vida estável diante de um mundo incerto e hostil. Com a demografia histórica a família escrava, foi vistas como uma forma dos cativos ampliarem as suas redes de sociabilidade e solidariedades no interior do cativo² (FARIA, 1997, p. 243)

Robert Slenes foi um dos autores pioneiros a estudar a família escravo no Brasil. Suas análises contribui para modificar *o olhar branco sobre os lares negros*. Apoiando em outras áreas de conhecimento como a Antropologia e a Lingüística, fez emergir um novo olhar sobre o cativo. Para constatar a presença das famílias escravas no sudeste brasileiro, Slenes realizou um estudo demográfico, onde consultou vários documentos,

¹ A demografia histórica teve a suas primeiras experiências, testando o método de “Reconstituições de famílias” de uma paróquia ou um conjunto de paroquiais, com o objetivo de calcular as taxas gerais de nascimento, matrimônios e de mortalidade das populações pré-estatísticas, sem fazer uso dos censos populacionais. MARCÍLIO, Maria Luiza. (org.) Demografia Histórica...

² FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1998, p-241-258.

como os censos nominativos de 1801 e 1829 de Campinas, o recenseamento populacional do Império de 1872, e os registros paróquias de Campinas. No entanto, o autor salienta que as abordagens que buscam resgatar o escravo como sujeito de sua história, não tem a mínima intenção de negar o caráter violento da escravidão, mas “*devolver ao escravismo sua ‘ historicidade’ como sistema construído por agentes múltiplos, entre eles senhores e escravos*” (SLENES, 1999).

Outro tema importante da escravidão brasileira que merece destaque é o *compadrio escravo*. Uma das primeiras pesquisas realizadas sobre esse assunto foram feitas por Stephe Gudeman e Stuart Schwartz, que mostraram a dimensão que esta instituição possuía na sociedade escravista brasileira. Os autores consultaram os registros paroquiais de batismo do Recôncavo Baiano do final do século XVIII e da primeira metade do XIX, e descobriram que os senhores quase nunca apadrinhavam os filhos dos seus cativos, acredita-se que escravidão e *compadrio* eram instituições incompatíveis.

Os estudos feitos sobre os laços de parentesco entre os cativos trouxeram questões teóricas importantes. Varias pesquisas já demonstraram que escravos aparentados nunca deixaram de ser cativos (Ferreira, 2005, p-130). Ressalta que o *compadrio* era a manutenção estrutural para o regime escravista (FLORENTINO & GOES, p-90). No mínimo, esta análise recupera os cativos como sujeitos históricos.

Por certo, estas abordagens que foram feitas sobre as relações familiares entre os escravos ampliaram as perspectivas sobre os estudos família no Brasil, pois, focalizam principalmente as regiões do Sudeste, nos finais do XVIII e no desenrolar do XIX, e que, muitas vezes, priorizam a coabitação (FARIA, 1998, p-241-258).

Partindo destas considerações metodologias, esta pesquisa será embasada em fontes de natureza eclesiástica, tais como, registros paroquiais de batismo e casamento. Importante observar que o recorte desta pesquisa, remete à última década de vigência do tráfico negreiro e as décadas posteriores ao fim deste comércio. Durante este período, Minas Gerais detinha maior parcela de cativos que chegavam pelo Rio de Janeiro. Ao que tudo indica, a província mineira foi à principal importadora do comércio de escravos vindos da praça mercantil carioca, fato que colocava a região como a maior detentora de cativos de todo império brasileiro.

Esse enorme fluxo de cativos africanos, desembarcados no porto carioca, e muito deles com destino a Minas Gerais, refletiu bastante na configuração da população escrava de algumas regiões da província mineira, especialmente a Freguesia de São Tomé das Letras, localizada na Comarca dos Rio das Mortes, região que contava com grandes propriedades escravistas, sobretudo aquelas vinculadas às atividades voltadas para o abastecimento interno.

Esta concentração da população cativa justifica plenamente a pertinência de estudar, as estratégias utilizadas pelos escravos, na configuração e recriação de suas identidades e nas relações de sociabilidades e solidariedades estabelecidas entre eles e a população liberta da Freguesia de São Tomé das letras, a partir das relações matrimoniais e de compadrio.

No mais, as constatações apresentadas não são definitivas e poderão ser alteradas futuramente na medida em que avançarmos nas análise de outros documentos.

Sob o efeito da condição: as escolhas matrimoniais entre escravos e libertos.

Os vínculos familiares entre os cativos foram de fundamental importância na constituição dos laços de sociabilidades e afinidades no interior do cativo. Sobre estas relações, conseguiram recriar as suas famílias linhagens, que o êxodo forçado da África rompeu. Essas novas famílias linhagem tiveram que se adequar às contingências do cativo.

O casamento entre os escravos poderia ser visto como um espaço maior de manobras, dentro dos limites da escravidão. Esses enlaces uma vez formalizado entre os cativos, propiciava uma vida familiar que era constituída por esposas, filhos e vários parentes. A fuga individual ou coletiva passava a representar a perda do contato com os entes queridos, e de uma pequena economia doméstica. Ao mesmo tempo gerava uma retaliação dos laços familiares que ficaram para trás, onde a venda de seus parentes seria uma represália aos fugitivos.

Em suma, o matrimônio como um laço familiar entre os escravos gerava perdas e ganhos, por um lado, aproximavam-nos de outros cativos e com recursos e homens livres fortalecendo as teias de relações, e no outro, tornavam-nos reféns de seus laços de familiares.

A respeito das organizações familiares entre os cativos, a produção historiográfica avançou muito. Para autores como Manolo Florentino (1997) e José Roberto Góes (1997), o caráter estrutural do tráfico negreiro não se limitava a saciar a fome de mão de obras nas fazendas, mas tornar frágeis as estratégias escravas, destinadas a regrar a vida em comunidade. Acredita-se que a família escrava estivesse sujeita à fragmentação, durante a fase de expansão da economia, e que o cativo seria marcado muito mais pelo conflito, em função das rivalidades entre crioulos e africanos de diferentes origens étnicas, do que pela construção de uma identidade comum. Esses autores consideram que a família escrava era o fator estrutural na manutenção e reprodução do escravismo, além de gerar um ganho político para a classe senhorial, garantia a “paz das senzalas”.

Em suas análises sobre a formação familiar dos cativos, Hebe Mattos assevera, que a probabilidade dos mancipios formarem uma identidade comum de matrizes africanas, estaria em risco, devido às diferenças étnicas e rivalidades na disputa por recursos, fazendo com que os cativos que conseguissem acumular bens, poderiam viver materialmente próximos do mundo dos homens livres pobres e distantes dos seus parceiros. Deste modo, houve mais dissensão do que coesão entre os escravos. No entanto a autora afirma que família e comunidade escrava não se afirmavam como matrizes de uma identidade negra alternativa ao cativo, mas paralelo com a liberdade (MATTOS, 1998, p.127).

Contrapondo a esses autores, Robert Slenes (1999) priorizou os significados que os laços familiares possuíam para os escravos. O autor parte do pressuposto de que, no sudeste, não só os cativos teriam construído identidades comuns, como também chegaram a formar uma “proto-nação banto”, a partir do predomínio de mancipios do mesmo grupo lingüístico, procedentes do centro-oeste africano. Para Slenes (1999) a família escrava não se reduzia a estratégia e projetos centrados em laços de parentesco, mas expressava um mundo mais amplo, criado, a partir de suas “esperanças e recordações”. Assim puderam criar identidades e afinidades que lhe permitiram formar uma “comunidade”, que se coloca em risco o sistema escravista.

Em seus estudos Sheila de Castro Faria, constatou que as relações familiares entre os cativos proporcionavam um sentimento comunitário. Para autora os escravos conseguiram constituir famílias e comunidades nas grandes e pequenas unidades

produtivas, que por sua vez, ampliaram os seus laços familiares e de parentesco com escravos de proprietários diferentes. Mas Faria admite que os cativos que pertenciam às grandes propriedades escravistas tinham mais chances de formarem comunidades comparando aqueles que viviam em unidades menores.

Com base nestas discussões, pretendo analisar as relações matrimoniais entre os escravos da Freguesia de São Tomé das Letras nos anos que se estende entre 1841 a 1883. Os dados arrolados a partir do levantamento dos registros de casamento relativos à região revelou um conjunto de informação que se mantiveram relativamente variáveis e reiterativas ao longo do tempo, possibilitando com isso uma análise seriada dos dados coletados, que permitiram extrair algumas inferências sobre as possibilidades dos escravos contraírem matrimônios.

Estes resultados têm por base um conjunto documental, formado por 505 registros de casamento registrados na freguesia de São Tomé das Letras entre os anos de 1841 a 1883. Desde assentos contatei 148 uniões entre os escravos que foram formalizados aos olhos da igreja. Tais dados permitem que se capturem certas regularidades no que se refere ao comportamento matrimonial dos escravos, e que dizem respeito, por exemplo, à origem e a condição. A tabela a seguir reúne algumas informações fundamentais sobre os casamentos entre a população cativa.

Enlaces matrimônios entre os escravos da Freguesia de São Tomé das Letras						
Total de Casamentos	Casais					
	Esc X Esc	Esc X S/I	Lib XLIB	Lib X ESC	LIB XS/I	S/IX LIB
174	148	5	13	2	3	2
%	85%	2,8%	7,4%	1,1%	1,7%	1,1%

Fontes: Registros paroquiais de casamentos de São Tomé das Letras (1841-1883). Cúria Diocesana de Campanha.

Siglas: ESC= Escravos, S/I= Sem informação a condição, LIB= Liberto ou Liberta.

Tento como base está tabela, é notório afirmar que escravos e libertos se envolveram na maioria com indivíduos de suas condições. É percebido, que não houve nenhum caso de um homem escravo se unir a uma mulher Liberta. Segundo Sheila de Castro Faria, este tipo de relação pode auferir vantagens e prejuízos para ambos os lados. Para os mancipios pode liberta os seus rebentos do jugo da escravidão. Enquanto, para as mulheres libertas, poderiam aproximar-se do cativo. A partir do momento que as nubentes libertas se ligavam aos cativos, teriam que assinar um “*termo de seguimento*”. Com o estabelecimento destes laços a sua libertaria de movimento estaria em risco, não podia ir para onde desejasse, pois o seu parceiro estava preso aos grilhões da escravidão. Enfim, creio que as mulheres libertas de minha amostra estavam cientes dos riscos e conseqüências que este tipo de relação poderia causar em suas vidas. Talvez o medo do retorno ao cativo, poder ter sido uma barreira, para a consolidação destes laços.

A respeito das uniões matrimoniais em que os homens eram libertos e as mulheres escravas, percebemos um baixo percentual, perfazendo-se em um total de 1,1%. Sheila de Castro argumenta que a realização poderia ser motivado por diversos fatores, como a possibilidades dos homens despossuídos terem acesso a uma nesga de terra dos senhores de suas esposas escravas e, ainda, o reduzido numero de mulheres entre a população livre e liberta disponíveis para o casamento. Mas a sociabilidade escrava presente nos enlacs matrimoniais da região de São Tomé das Letras sustentou critérios de escolhas pautados na condição dos nubentes, com nítida preferência por pessoas juridicamente iguais, sendo menos comuns a união entre mancipios e libertos.

Alem da condição jurídica dos noivos, a questão da origem teve grande peso nas escolhas matrimoniais entre os cativos de São Tomé das Letras. Dos 505 casamentos que pesquisei para região, contatei 122 uniões matrimoniais entre os escravos. Acredito que este numero de enlacs, podem ser significativos para tercemos algumas considerações preliminares a respeito das praticas familiares entre os mancipios.

Total de Casamento	Uniões Matrimoniais por origem						
	1841-1850				1851-1883		
	Noivos X Noivas	Nº	%	Noivos X Noivas	Nº	%	
148	CRIXCRI	22	14,8	CRIXCRI	19	12,8	

CRIXNAC	5	3,3	CRIXS/O	2	1,3
CRIXS/O	1	0,6	GUIXGUI	3	2
NACXNAC	14	9,4	GUIXCRI	5	3,3
NACXCRI	20	13,5	GUIXS/O	1	0,6
NACXS/O	2	1,3	AFXAF	1	0,6
S/OXS/O	15	10,1	S/OXS/O	33	22,2
S/OXCRI	1	0,6	S/OXCRI	2	1,3
S/OXNAC	1	0,6	S/OXGUI	1	0,6

Fonte; Arquivo da Cúria de Diocesana de Campanha. Registros paroquiais de casamentos da Freguesia de São Tomé das letras 1841-1863. Os significados das siglas: Nac = Nação, S/I = Sem menção a origem, GUI = Guine.

Uma primeira constatação que disponho, consiste no claro comportamento endogamicos entre os crioulos e os cativos de nação da Freguesia de São Tome das Letras entre os anos 1841 a 1850. E sabido, que durante este período ocorreu uma intensa entrada de africanos nos portos brasileiros, o que comprometeu as relações matrimoniais entre os mancipios da mesma etnia. Alguns autores contataram que as uniões mistas durante esta não foram tão expressivas. Nos estudos feitos por Jose Roberto Góes e Manolo Florentino na Freguesia de Jacarepaguá do Rio de Janeiro, perceberam que durante a fase de expansão do comercio negreiro, crioulos e os indivíduos vindos das mais variada comunidades africanas não se envolviam. Como uma resposta a crescente entrada de estrangeiro, os nascidos no Brasil tendiam estabelecer vínculos maritais entre si. Portanto, segundo os autores, a queda nos percentuais dos casamentos mistos entre nativos e africanos, só poderia significar uma coisa: os crioulos tendiam se fechar entre si. Assim, dependendo da conjuntura considerada a endogamia por naturalidade era a norma entre os crioulos.

Nesta região pesquisada por Manolo e Góes, a queda da participação dos matrimônios africanos no universo dos casais cativos não representava um aumento nas uniões mistas. Isto significa que quando maior era o volume do trafico, maiores era as dificuldades encontradas pelos africanos de formalizarem as suas uniões perante a igreja.

Sobre os exames que foram feitos por Robert Slenes no Município de Campinas, as escolhas dos cativos por laços matrimoniais entre indivíduos de uma mesma origem não pode ser interpretada como uma clara tensão étnica dentro cativo. A pesquisa por este autor nas regiões de Campinas confirmou uma tendência aos casamentos

endogamicos, mas junto a estas constatações, a um expressivo numero de relações exôgamicas, ou seja, entre africanos e crioulos e vice-versa.

A tendência à endogamia também foi observado por Sheila de Castro. Mas, em seus estudos para a região dos Campos do Goitacazes, ela ressalta que entres os crioulos as uniões endogamicas era mais comuns, apesar de preferirem relações exôgamicas.

Retomando aos dados que foram encontrados para a Freguesia de São Tomé, além das relações matrimônias endogamicas serem predominantes entre os cativos, as uniões exogamicas nos fornecem dados importantes.

Percebemos que os mancipios “de nação” se envolveram mais com as nativas (crioulas) do que com as escravas de suas origens. Supõe que esta preferência consistia em que as crioulas nascidas no Brasil, estavam mais ajustadas à vida no cativeiro, proporcionando-os melhores condições para enfrentar as incertezas e a opressividade da escravidão. Acredito que as uniões matrimoniais entre os cativos “*alem mar*” e as nativas da região de São Tomé foram significativas. Pois, vimos que as crioulas não corresponderam com total hostilidade à presença dos escravos vindos do outro lado do Atlântico.

Contudo, conjectura-se que a região de São Tomé das Letras mesmo estando sobre um contexto de expansão do comercio negreiro durante a década de 1840, a preferência pela endogamia conviveu com a aceitação das praticas exôgamicas.

Para os casamentos entre os escravos que foram realizados entre os anos 1850 a 1863, vimos que a endogamia foi predominante entre os crioulos, onde os enlaces exôgamicos foram ínfimos entre os cativos da região. Presumo que com o fim do Trafico Atlântico Internacional de escravos de 1850, que aboliu a entrada de africanos nos portos brasileiros, o matrimonio tornou-se mais presente entre os cativos nascidos no Brasil. É sabido, que durante está época varias regiões do país ligadas ao abastecimento de cativos vindos dos portos brasileiros, passam por um processo de crioulização em suas unidades produtivas. Suponho que estas mudanças foram precoces nas propriedades escravistas de São Tomé das Letras, pois, a abolição do trafico acompanhadas com a reprodução natural nas escravarias, contribuíram para o aumento dos matrimônios entre os crioulos.

O apadrinhamento dos inocentes escravos da Freguesia de São Tomé das Letras

Os atuais trabalhos que dedicam em estudar as relações de parentesco entre os escravos, demonstram que o apadrinhamento de crianças cativas era uma prática comum que ocorria com frequência no ato da cerimônia do batismo. No entanto, este rito católico possibilitava ao batizando escravo ingressar no mundo religioso e ter uma vida amena diante do cruel sistema escravista. A escolha de padrinhos ou compadres entre os escravos podia ser vistas sobre vários ângulos. Na estratégia de fazer aliados no tempo da escravidão, ligando-se as pessoas da mesma condição, para constituir famílias e comunidades, ou ainda, com indivíduos de condição superior, que lhe proporcionassem apoio e proteção.

Era, portanto, dentro desta realidade que os escravos procuravam tecer as suas redes de sociabilidades e solidariedades, formando famílias e comunidades ou colocando-se sob a “proteção” de homens livres mais poderosos. Os que soçobraram foram justamente aqueles que não conseguiram se inserir ou tecer relações suficientemente fortes para assegurar sua pertença a um grupo em que pudessem exercer suas liberdades.

Com base nestes estudos ire proceder a uma primeira leitura dos dados encontrados para a Freguesia de São Tomé das Letras em um dos livros de registro paroquial de batismo, que consta dados necessários para realizar uma pesquisa inicial para o período que será analisado. Foram coletados 1374 registros de batismo, sendo que 532 assentos pertenciam aos inocentes escravos da região entre os anos de 1841-1859. Os inocentes batizando filhos das mães escravas da região tiveram como pais espirituais pessoas cativas, livres e madrinhas forras, ou seja, não houve nem um padrinho identificado como forro nos registros paroquiais de batismo. A tabela a seguir proporciona um quadro geral dos padrinhos e madrinhas dos filhos das mães cativas da Freguesia de São Tomé.

Condição dos padrinhos e madrinhas dos filhos das mães escravas.						
Padrinhos Livres	Padrinhos Forros	Padrinhos Escravos	Madrinhas Livres	Madrinhas Forras	Madrinhas Escravas	Total de Mães Cativas

237	0	295	227	4	301	532
44,5%	0,0%	55,4%	42,6%	0,75%	56,5%	100%

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Campanha. Registros paroquiais de batismo da Freguesia de São Tomé das Letras (1841-1859).

No que concerne à preferência por padrinhos escravos, nota-se um percentual superior comparando-o aos padrinhos livre da região. Esta predileção das mães cativas em se ligarem a compadres escravos de alguma forma refletia na ampliação dos laços pessoais, que promoviam a consolidação de famílias e comunidades negras. Jose Roberto Gões ao pesquisar a região de Inhaúma do Rio de Janeiro, notou que as maiorias dos escravos se ligaram a padrinhos cativos. E percebeu que os laços de compadrio uniam, sobretudo escravos e este era o costume nas regiões rurais e urbanas da província carioca. Gões afirma que sobre uma intensa entrada de africanos novos pelo comércio de almas, esses souberam utilizar dos ritos católicos para criarem as suas redes parentelas entre si, que ultrapassavam as cercas das propriedades. Como acentua o autor, as relações de compadrio desenvolvidas entre os escravos, propiciavam meios de socialização, o que conduzia a uma intensa rede de parentesco que formava uma comunidade escrava.

Outro dado importante a ser levantado neste trabalho, consiste que a Freguesia de São Tomé das Letras era formada por grandes propriedades escravista especialmente aquelas vinculadas ao abastecimento interno. Diante deste quadro, os recentes estudos apontam que as relações parentais que foram constituídas entre os cativos, foram mais intensas nas unidades de maior porte, e nos planteis menores, a maioria dos pais dos batizando escravos se relacionavam com pessoas livres.

De acordo Jose Roberto Gões, nas grandes propriedades escravista de Inhaúma, 75% dos padrinhos dos filhos dos pais cativos eram da mesma condição, o que demonstra o empenho na formação dos laços familiares. Em Paraíba do Sul, Ana Lugão Rios, encontrou cerca de 40% de padrinhos livres e mais de 57% de compadres escravos, sendo os forros representando uma parcela minoritária no apadrinhamento de crianças escravas desta região. A autora acredita que esta supremacia de padrinhos cativos se dava nos grandes planteis e nos menores cresciam as escolhas por compadres

livres. Acredito que estes estudos que foram realizados por Gões e Rios nos ajudar a entender o predomínio na escolhas de compadres escravos na Freguesia de São Tomé. Região que contava com grandes escravarias, o que poderia ter contribuído para a preponderância dos laços parentais desenvolvidos entre os mancipios.

Para a Vila de São João Del Rei próximo a Freguesia de São Tomé, Silvia Brugger constatou um amplo predomínio de homens livres sendo padrinhos dos filhos das mães escravas, e notou que entre o período de 1736 a 1850, eles representavam 62% dos compadres dos filhos de cativas. Considerando-se que a esta região tendiam a predominar unidades escravistas de pequeno porte, pode-se supor que isto seria uma explicação variável para a escolha majoritária de compadres livre para os filhos dos pais cativos. Em São Tomé das Letras, o padrão de escolha para padrinhos foi diferente. Os compadres escravos foram sempre preferidos em relação aos livres, sendo majoritários entre os anos de 1841 a 1859. Nota-se também diante dos dados obtidos que a escolha de padrinhos livre foi expressiva. Pois compactuo com assertiva, que a escolha de compadres livres pelos escravos, era uma forma deles se ligarem a pessoas melhores posicionadas na sociedade. Talvez pessoas livres sem um passado escravo, que se afigurassem como uma melhor opção para os pais das crianças escravas. Mas a constituição de alianças com homens livres podia, de fato, ser um recurso importante nessa sociedade extremamente hierarquizada, onde escravos, forros e livres de cor eram vistos como pessoas de "menor qualidade".

Apesar do apadrinhamento dos filhos das mães cativas por pessoas livres não serem superiores ao dos compadres escravos, foram numericamente significativos o que diferem dos que foram encontrados por Schwartz para o recôncavo baiano. Onde constatou que a maioria dos senhores quase nunca apadrinhava os filhos dos seus escravos. Havia uma total ausência de laços de parentesco rituais entre os senhores e cativos, o que os levou acreditar que compadrio e escravidão eram instituições opostas¹. Ao contrário desta constatação verificada por Schwartz, acredito que os cativos da Freguesia de São Tomé das Letras souberam aproveitar do rito católico para ampliar as suas relações pessoais com os grupos distintos, aonde o batismo e escravidão não foram estruturas incompatíveis.

As relações sociais entre escravos e pessoas livres constituídas através do compadrio, poderiam ser entendidas como um meio de garantir aliando e protetores. Acredito que estas situações tiveram peso nas escolhas dos escravos em optar por um padrinho livre para os seus rebentos.

Conclusão

De acordo com o panorama até aqui exposto, percebemos que os laços de solidariedades cativas presentes nos casamentos da região sustentaram critérios de escolhas pautados na condição dos nubentes, com nítida preferência por pessoas juridicamente iguais, sendo menos comuns a união entre mancipios e libertos. Percebemos, em algumas regiões do país, as libertas ou forras se unindo a indivíduos presos aos grilhões do cativo. Mas, para a Região de São Tomé, este envolvimento não se formalizou, pois acredito que as mulheres libertas souberam entender as conseqüências que esses tipos de enlaces poderiam causar em suas vidas. Talvez não quisesse perder as suas liberdades de movimentos ao se ligar a indivíduos que sobre o jugo da escravidão. Mas, por outro lado presumo que este expressivo aumento de casais escravos, possa-nos revelar um estado de sociabilidades que podem ter sido fortalecidos através do matrimônio cristão.

A respeito dos casamentos entre indivíduos da mesma origem ou de procedências diferentes, fica clara a permanência de padrões culturais endogâmicos, entre os crioulos e os mancipios de “nação”. Mas, as uniões mistas apresentaram aspectos significativos. A partir destes dados, observamos que os cativos advindos do continente africano ligavam-se mais as nativas do que as escravas de suas etnias. Sendo expressivas e importantes estas uniões, constatamos que as uniões endogâmicas souberam conviver com os enlaces exôgâmicos.

No entanto em se tratando dos padrões de escolha para a Freguesia de São Tomé das Letras notamos que os padrinhos e madrinhas cativos foram quem mais apadrinharam os filhos das mães cativas. Porém os padrinhos livres teve presenças numéricas expressivas. Com base nestas oscilações, presumo que o padrão de escolha dos cativos desta Freguesia possuía estratégias ambíguas. Para os compadres livres, os escravos visualizaram futuros ganhos para seus rebentos e proteção para si, e no que

concerne à preferência por compadres cativos, possamos conjecturar um fortalecimento nas redes de solidariedade que se fortaleceu com a entrada de negros novos vindos dos portos brasileiros durante a fase de expansão do comércio negreiro.

Com base nos dados que foram até aqui encontrados, compactua com a hipótese que casamento e o estabelecimento de compadrio entre os escravos foram atos sociais estratégicos. Acredito que os dados que foram arrolados para a Freguesia de São Tomé das Letras, pode compor os estudos referentes ao comportamento familiar dos escravos.

Referencia Bibliográfica

ALMEIDA, Carla Maria C, de. “*Demografia e laços de parentesco na população escrava mineira: Mariana 1750-1850*”. População e família, CEDHAL/USP, v. I n. 1, jan./jun. 1998.

ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro: Minas Gerais-Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

BRUGGER, Silva Maria Jardim. *Minas Patriarcal-Família e Sociedade (São João del Rei, Séculos XVIII e XIX)* – São Paulo: Annablume, 2007.

FARIA Sheila de Castro. *Sinhás pretas, damas marcadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del Rei (1700-1800)*. Niterói, UFF, 2004. (Tese Titular).

_____. (1998). *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

_____. (1997). ‘*Historia da família e demografia histórica*’. In: Cardoso, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Org). *Domínios da História. Ensaios de Teoria e metodologia*. Rio de Janeiro. Ed. Campus.

FERREIRA, Roberto Guedes. “*O parentesco ritual na Freguesia de São José no Rio de Janeiro (séc. XIX)*” in: Sesmaria: Revista do Núcleo de Estudos Históricos e Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro: NEHPS/FEUC, ano I, nº 1, 2001

FLORENTINO, Manolo G. (1995). *Em Costas Negras: Uma História do Tráfico Atlântico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.

FLORENTINO, Manolo Garcia; GÓES, Jose Roberto. *Paz na Senzala: Famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c.1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LEVI, Giovanni. *Sobre a micro historia*. In: BURKE, Peter. *A escrita da historia: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992. P.163-162.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

REVEL, Jacques (Org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação: Getulio Vargas, 1998.

SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste XIX*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1999.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade Colonial: 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.